



# Em Estado Permanente de Mobilização

foto: Kelson Ricardo

Em razão dos Embargos de Declaração ao RE 638.115 (Quintos) terem, pela ação do ministro Gilmar Mendes, entrado na pauta da sessão plenária do STF, nossa última semana foi marcada por intensa mobilização - interna e externa - em defesa da coisa julgada e da segurança jurídica.

Na noite de terça-feira (17/10), o ministro Gilmar Mendes pausou os embargos em questão e, de imediato, cumprindo deliberação da Assembleia-Geral do dia 2 de outubro, o Sindjus-DF deflagrou greve de 24h, chamando a categoria para ato em frente ao STF.

Além da mobilização na Praça dos Três Poderes, com faixas e bandeiras, dirigentes e servidores acompanharam a sessão plenária de quarta-feira (18/10), inclusive, fazendo as gestões necessárias com auxílio de advogados, no entanto, por falta de tempo a matéria não foi apreciada.

Na quinta-feira (19/10), como os embargos continuavam na pauta, a Diretoria convocou os servidores para a sessão plenária, no intuito de sensibilizar os ministros. Representantes do sindicato e das associações deram continuidade aos trabalhos de entregas de memoriais e marcação de audiências que estão sendo realizado junto aos gabinetes do STF.

Para enfrentar essa onda de ataques contra nossos direitos, precisamos estar em estado permanente de mobilização, de olho

nas movimentações e nos chamados do sindicato. Conscientes de nossa responsabilidade, temos que lotar a sessão plenária do STF para que os ministros sejam sensibilizados quanto à defesa da coisa julgada e da segurança jurídica, pilares fundamentais da Constituição e do Estado Democrático de Direito.

A mobilização da categoria em atos e marcando presença na sessão plenária do Supremo é o que respalda e consolida as articulações feitas pelos dirigentes. Portanto, atenda às convocatórias do Sindjus-DF e participe ativamente dessa luta em defesa da nossa carreira, dos nossos direitos, do nosso futuro.



foto: Divulgação



fotos: Divulgação

## PLS 116/17 avança na CAS

Na semana passada, o deputado Airton Sandoval (PMDB-SP) foi designado relator do PLS 116/17 na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Importante ressaltar que a relatoria desse projeto e a presidência da CAS estão nas mãos do PMDB, partido do presidente Michel Temer, que não tem pouparado esforços para dilapidar os direitos dos servidores públicos.

Precisamos fortalecer nossa luta pelo arquivamento do PLS 116/17, que acaba com a estabilidade no serviço público e representa um grande retrocesso nos nossos direitos. O projeto passou facilmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e precisa ser barrado antes de chegar ao Plenário. O Sindjus-DF, que acompanha atentamente a tramitação dessa matéria, convoca a categoria para comparecer à CAS assim que o projeto for pautado.

### EXPEDIENTE

Boletim Sindjus-DF | [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)  
E-mail: [atendimento@sindjusdf.org.br](mailto:atendimento@sindjusdf.org.br)  
Texto: Daniel Campos - Designer: Rose Gomes

Coordenadores gerais: Costa Neto (TRE/DF), Chico Vaz (STJ); Coordenadores de Administração e Finanças: Devair Lima (TJDFT), Gilmar Saraiva (TRF), Roberto Jovani (TJDFT); Coordenadora de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas: Neuza Ferreira (TST); Coordenadores de Comunicação, Cultura, Esporte e Lazer: Ednene Bezerra (STJ), Paula Setubal (TJDFT); Coordenador de Formação e Relações Sindicais: Josivam Evangelista (TJDFT).



fotos: Divulgação

## Sindjus-DF discute reivindicações da categoria com o DG do STF

O sindicato se reuniu com o DG do STF, Eduardo Toledo, no último dia 16, para discutir pontos importantes da pauta dos servidores, cobrando providências do Supremo como, por exemplo, na mudança de nomenclatura de "Carreiras" para "Carreira" no PL 319/17, que está prestes a ser votado pela CFT da Câmara. Também foi solicitada a criação de um Fórum permanente para aprofundar o debate sobre a nossa carreira, inclusive, para discutir o nível superior para o ingresso no cargo de técnico.

Questionado sobre os quintos, o diretor-geral afirmou que não há qualquer tipo de movimentação para adoção de medidas administrativas antes da decisão final dos embargos. Depois de cobrarem o reajuste dos benefícios sociais, Toledo garantiu que auxílio-alimentação e auxílio-creche serão reajustados no início do próximo ano e que não está descartado um reajuste para 2017. Já no que diz respeito aos planos de saúde, o plano de saúde do STF está hígido.

## Convênio

Agora os filiados do Sindjus-DF têm direito a cursos jurídicos online, totalmente gratuitos, para o adicional de qualificação. Aproveite!

CURSOS DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
e PREPARATÓRIOS para  
CONCURSOS e OAB, com  
até 20% de desconto  
nas mensalidades.



**ECO CURSOS**  
Educação à distância

**SINDJUS<sub>DF</sub>**  
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF